

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                               |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                       | <b>2</b>  |
| Título: Correspondência de guerra .....                                                       | 2         |
| Título: Alvo do STF, caixa eleitoral é abordado em quase 30% das sentenças da Lava Jato ..... | 4         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                    | <b>7</b>  |
| Título: Crise na Venezuela faz blecaute virar rotina em Roraima .....                         | 7         |
| Título: ‘Fuga’ de empregados de estatal é causa de cortes, diz embaixada .....                | 8         |
| Título: Falta de clareza .....                                                                | 9         |
| Título: Sem Moro, Bretas assume protagonismo na Lava Jato .....                               | 11        |
| Título: Ex-diplomata diz que Brasil ganhou confiança dos EUA .....                            | 13        |
| Título: Defesa Civil prepara plano de salvamento em Minas .....                               | 15        |
| Título: Investimentos estão sem força, segundo o Ipea .....                                   | 16        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                                 | <b>17</b> |
| Título: Brumadinho .....                                                                      | 17        |
| Título: Sobre o Supremo .....                                                                 | 19        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                                     | <b>19</b> |
| Título: Ameaça de greve .....                                                                 | 19        |

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 24/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Jânio de Freitas****Título: Correspondência de guerra**

A Lava Jato acirra o conflito com os mesmos métodos que acabaram por provocá-la

É guerra. Era previsível, omissões a tornaram inevitável. Mas, guerra embora, promete ser benfazeja. A Lava Jato inicial e suas extensões reagem ao retardatário entendimento, no alto Judiciário, de que combate à corrupção e abuso do poder repressivo são coisas diferentes.

A Lava-Jato foi deixada livre para suas práticas indiferentes aos limites legais e ao bom senso, com violação de direitos civis, de exigências processuais e da ética (pessoal e jurídica). O desgaste, porém, não a atingiu, resguardada pela "mídia": o omissa Supremo Tribunal Federal foi o desgastado — e afinal se assustou.

A interpretação generalizada das prisões encabeçadas por Michel Temer, ou do momento em que ocorrem, é a de resposta da Lava-Jato contrariada por decisões recentes do Supremo. Se às prisões juntarmos o vazamento que atinge o ministro Luiz Fux, desencavado do depoimento inatual de um empresário, o propósito dos recentes atos e afirmações da Lava Jato está claro, dispensa interpretações.

Concomitante ao despertar do Supremo vê-se, portanto, que também na "mídia", e daí na opinião pública, ações da Lava Jato já são identificadas com finalidades alheias à razão jurídica. É um passo pequeno, mas é avanço na direção de justiça. Ou, mais preciso, de menos injustiça. E não de política e sede de poder com armas da Justiça.

A Lava Jato acirra a guerra com os mesmos métodos que acabaram por provocá-la. O argumento mais forte para a prisão de Temer, por exemplo, foi a continuação das práticas corruptas. Quais são os fatos comprovantes? "Houve apenas uma comunicação do Coaf" o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, palavras de uma procuradora. "Mas esse fato, de acordo com o registrado pelo Coaf aconteceu em outubro de 2018". Logo, "é indicativo de que a organização criminosa continua atuando".

Não é. Há cinco para seis meses, Temer ainda na Presidência, um fato foi indicativo de algo há um semestre, não do presente. Se houve o fato então, isso não indica a sua continuidade. A alegação central para a prisão não tem veracidade.

O tal fato de outubro seria a tentativa do coronel João Baptista Lima, visto como testa-de-ferro de Temer, de depositar R\$ 20 milhões em espécie. É a velha “história mal contada”. Levar essa quantia geddeliana a um banco; submetê-la na agência à confirmação do montante, no mínimo de 200 mil notas de R\$ 100, sem recluir uma complicação — um experiente como Lima não pensaria nesse plano, quanto mais em tentá-lo.

Em seu início, a Lava Jato plantou na “mídia” a apropriação de R\$ 10 bilhões pelos três ou quatro dirigentes da Petrobras já identificados. A conta final não chega a 10%. Ao bando “chefiado por Temer” é atribuída a quantia de R\$ 1,8 bilhão. Em dinheiro “recebido, pedido ou prometido”. Está aí uma novidade, na soma do real com o imaginado. Pena que seja mais um truque nada sério, para uso da “mídia”.

São muitos os indícios de material concluído às pressas, para servir a uma finalidade não judicial. A propósito, entre os motivos de reação da Lava-Jato estão o inquérito sobre ataques ao Supremo e a determinação do ministro Alexandre de Moraes de levá-lo a resultados. Inquérito e ministro muito criticados, mas ambos se justificam. Não só agressões verbais são investigadas: embora o Supremo prefira o silêncio a respeito, há ameaças de morte a ministros e de violência a familiares, como objeto principal do inquérito.

Ah, não se esqueça, em tudo isso, a gentileza da Polícia Federal. Esperou que Temer saísse, para prendê-lo fora das vistas da família e dos vizinhos. E não de manhãzinha. Com Moreira, pelo mesmo cuidado, não o esperaram em casa. Apenas pararam seu carro em área de pouco movimento.

Nas duas ações, nenhum policial com metralhadora, granadas, gás e roupa sinistra. Nada como nas abordagens espalhafatosas a Lula e outros, pelo “japonês da PF” e companheiros. Nas duas modalidades de abordagem, a autoridade maior das operações era a mesma, o então juiz da Lava Jato e o hoje ministro da PE.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 24/03/2019****Seção: Poder****Autor: Felipe Bächtold e Estelita Hass Carazzai****Título: Alvo do STF, caixa eleitoral é abordado em quase 30% das sentenças da Lava Jato**

Decisão a favor do envio de casos à Justiça Eleitoral deve provocar recursos e deixa sob incerteza ações em Curitiba já julgadas por Moro

Felipe Bächtold e Estelita Hass Carazzai

São Paulo e Curitiba- Pelo menos 14 de 48 sentenças já proferidas na Lava Jato em Curitiba desde 2014 têm conexão com suspeitas sobre caixa dois e financiamento de campanha, o que pode provocar contestações de defesas com base na decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) favorável à remessa de casos para a Justiça Eleitoral.

Entre esses processos, há condenações que tratam doações oficiais de campanha como atos de corrupção; acusações de desvios na Petrobras para bancar gastos eleitorais; e delações que relatam uma mistura de caixa de propina de empreiteiras entre propina para benefício pessoal de políticos e verba para eleição.

As duas sentenças que condenaram o ex-presidente Lula no Paraná estão dentro dessa última circunstância. No caso do sítio de Atibaia (SP), em que o ex-presidente recebeu pena de 12 anos e 11 meses em fevereiro, os advogados já haviam defendido durante o processo o envio do caso para a Justiça Eleitoral.

No processo do sítio e no do triplex de Guarujá (SP), a acusação aponta a existência de um caixa geral de propinas de empreiteiras, descrito pelos próprios ex-executivos das empresas, destinado ao PT.

Nessa espécie de conta-corrente, com origem em percentuais de contratos de obras públicas, o dinheiro para benefício pessoal de políticos ou para financiamento de campanhas estava reunido sem distinção.

Por 6 votos a 5, o Supremo decidiu no último dia 14 que crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, quando investigados juntos com caixa dois, devem ser processados na Justiça Eleitoral, e não na Federal, o braço do Judiciário responsável pela Lava-Jato desde o seu início.

O efeito concreto sobre casos da operação iniciada no Paraná ainda é incerto.

Na Lava Jato, são recorrentes os relatos de mistura entre o dinheiro para campanhas e o que vai para benefícios individuais. Personagem da primeira e decisiva delação da Lava Jato, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa afirmou em seus depoimentos que um percentual de 2% dos contratos de sua área ia para o PT e outro 1% para o PP, sem distinguir se as verbas eram para campanha ou não. Relato parecido foi repetido pelo ex-gerente na estatal Pedro Barusco.

Com o avanço das investigações, detalhes dessas supostas remessas para partidos foram sendo revelados.

Em uma das fases da Lava-Jato mais rumorosas durante o governo Dilma Rousseff, em 2016, foi preso o marqueteiro do PT João Santana sob suspeita de receber no exterior, por campanhas para o partido, pagamentos com recursos de construtoras. Hoje delator, ele foi duas vezes condenado por lavagem de dinheiro.

O ex-ministro Antonio Palocci, em uma dessas ações, recebeu pena de 12 anos e dois meses de prisão por gerenciar uma conta de propinas da Odebrecht com o PT.

Em outro caso ligado ao financiamento de campanha, o doleiro Alberto Youssef, outro delator primordial da operação, contribuiu para a condenação do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), ao relatar entregas de dinheiro que aumentaram em 2010, quando a filha do político foi candidata.

Fora desse roteiro, estão ações que geralmente não envolvem beneficiários políticos, como processos que acusam operadores financeiros e suborno para ex-executivos.

Houve ainda quem usasse o argumento de uso de dinheiro sob suspeita em campanha como alibi, como o ex-deputado pelo PT Paulo Ferreira, que ainda em 2018 disse que Curitiba era um “juízo incompetente” — ou seja, que não tem poder sobre o caso. A defesa do ex-governador do Rio Sérgio Cabral, que também foi condenado em Curitiba, adotou estratégia parecida.

O ex-juiz Sergio Moro, à frente da Lava Jato no Paraná até novembro, rebatia argumentos desse tipo com veemência: se há acerto com agentes públicos, se trata de corrupção.

Seu ex-colega de segunda instância, o juiz João Pedro Gebran Neto, demonstrou concordar com o raciocínio. “Não faz diferença se foi para o bolso ou se foi para a campanha. O problema não é para onde vai [o dinheiro], mas de onde vem”, disse durante o julgamento de Lida, em 2018.

A possibilidade de anulação de ações já julgadas por causa do novo entendimento do Supremo já foi levantada por autoridades como o procurador Deltan Dallagnol, no Paraná, e o juiz Marcelo Bretas, da Lava Jato do Rio.

A crítica principal deles é sobre a falta de estrutura para julgar crimes financeiros da Justiça Eleitoral, ramo do Judiciário responsável por organizar eleições. Também afirmam que a medida altera um modelo de investigações que tem sido bem-sucedido.

Voto favorável à medida do STF, o ministro Marco Aurélio Mello disse, após o julgamento do caso na corte, que “decisões proferidas por órgão incompetente” não subsistem.

Na semana passada, o novo entendimento do Supremo repercutiu na operação que deteve o ex-presidente Michel Temer (MDB). Bretas, ao mandar prender Temer, se antecipou e já rejeitou na decisão qualquer elo do caso com crimes eleitorais, evitando assim a mudança de juízo. Um dos presos com o emedebista, o ex-ministro Moreira Franco, porém, encaminhou pedido com argumento na direção exatamente oposta ao STF.

Na Lava-Jato no Paraná, especialistas ouvidos pela reportagem dizem que a repercussão nas sentenças ainda é indefinida porque o Supremo pode delimitar no acórdão ainda não publicado a amplitude de sua decisão. Uma hipótese seria definir que casos em tramitação avançada fiquem na jurisdição de origem, enquanto novos processos iriam para a Justiça Eleitoral.

O advogado Luiz Flávio Borges D’Urso, que defende um dos mais longevos presos da Lava Jato, o ex-tesoureiro petista João Vaccari, já analisa pedir a anulação de sentenças contra seu cliente. “Pode parecer inusitado na Lava Jato, mas não é. Todas as decisões, independentemente do tempo, da tramitação, que forem proferidas por juízo incompetente, têm que ser anuladas, e o processo refeito.”

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 24/03/2019****Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Crise na Venezuela faz blecaute virar rotina em Roraima**

Estado tem 80% de seu consumo abastecido de energia por hidrelétricas do país vizinho; só no último dia 7, população foi afetada por três apagões

A importação de energia elétrica que o Brasil faz da Venezuela entrou para a lista de calamidades que tomam conta da fronteira brasileira com o país governado por Nicolás Maduro. Nos últimos três anos, o número de blecautes ocorridos em Roraima bateu recordes sucessivos. Os apagões no Estado mais do que triplicaram entre 2016 e 2018, chegando a uma média de dois desligamentos por dia, entre agosto e dezembro do ano passado. A estatal venezuelana Corpoelec, responsável pelo abastecimento, foi esvaziada depois que 20 mil funcionários deixaram seus postos de trabalho por causa de atrasos de salários. Detalhes desse caos elétrico foram obtidos pelo Estado por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Documentos do governo brasileiro e da Embaixada do Brasil em Caracas expõem a precariedade do fornecimento de energia em Roraima, Estado que, até o ano passado, tinha cerca de 80% de seu consumo dependente de hidrelétricas da Venezuela.

A entrega da energia ao Brasil é feita por uma linha de transmissão de 513 quilômetros de extensão em solo venezuelano e 195 km em território brasileiro. Em 2018, foram contabilizados 74 apagões no trecho do país vizinho, mais que o dobro dos 30 desligamentos ocorridos em 2017 e quase quatro vezes o volume de 2016, quando 20 quedas na linha de transmissão deixaram Roraima no escuro. No ano passado, a linha brasileira sofreu apenas duas paralisações. Outras seis ocorreram em 2017, ante 12 desligamentos de 2016. A situação se agravou em 2019: em ofício de 8 de março, o Ministério de Minas e Energia (MME) contabilizava 23 apagões da linha venezuelana em 2019. Só no dia 7 deste mês, três apagões afetaram Roraima. O abalo nas relações entre os dois países tem dificultado até comunicações básicas com a estatal Corpoelec para entender as causas das paralisações e tomar medidas que restabeleçam o fornecimento.

Em dezembro do ano passado, a Eletronorte informou ao MME que demorou seis dias para conseguir contato telefônico com a empresa venezuelana. “Após sucessivas tentativas, somente conseguimos contato telefônico com a empresa Corpoelec no dia 5 de dezembro”, declarou a empresa do Grupo Eletrobrás.

Roraima é o único Estado do Brasil que não está conectado no Sistema Interligado Nacional, rede de transmissão que corta todos os demais Estados do País. Por causa desse isolamento, Boa Vista e região dependem da importação de energia da Venezuela ou da geração de usinas térmicas brasileiras alimentadas por óleo diesel, fonte mais cara e poluente. Até o ano passado, o Brasil desembolsava cerca de R\$ 150 milhões por ano para comprar energia da Venezuela. A substituição dos venezuelanos pela fonte térmica gera uma conta de R\$ 1,95 bilhão por ano e é rateada por todos os consumidores brasileiros.

Para cobrir os gastos feitos entre setembro e dezembro do ano passado, o governo teve de liberar R\$ 490 milhões. Além do gasto alto, é preciso ainda lidar com as dificuldades logísticas para entrega do combustível. Outro lado. Procurados, Aneel e Itamaraty não quiseram comentar. A Corpoelec não respondeu os pedidos de esclarecimentos. O MME informou que a construção da linha de transmissão que ligará Boa Vista a Manaus – projeto de 700 km ainda não iniciado porque seu traçado passa pela terra indígena waimiri atroari – deve concluir acordo de licenciamento ambiental nas próximas semanas. Os índios não são contra a linha, mas esperam ser consultados e ter contrapartidas do governo. “A expectativa é concluir o licenciamento e dar início às obras no segundo semestre deste ano para que o linhão entre em operação até dezembro de 2021, quando Boa Vista passará a ter a mesma qualidade de atendimento das demais capitais do País.”

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 24/03/2019

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** ‘Fuga’ de empregados de estatal é causa de cortes, diz embaixada

Oficialmente, empresa relaciona cortes com alta incidência de chuvas e contato das linhas de transmissão com árvores

Árvores altas, chuvas e trovões. São essas as causas recorrentes que a Venezuela costuma apontar para justificar oficialmente a sucessão de apagões vividos em Roraima. Os “contatos da linha de transmissão com a vegetação e as descargas atmosféricas”, segundo a Corpoelec, estariam derrubando a rede, deixando Roraima no escuro. As informações que a Embaixada do Brasil em Caracas enviou ao Ministério de Relações Exteriores, em novembro do ano passado, apontam que outros fatores podem estar por trás dos apagões, com o abandono de emprego por milhares de funcionários da estatal.

“A situação do sistema elétrico na Venezuela é periclitante devido, principalmente, à péssima administração da estatal e à falta de investimentos e manutenção dos equipamentos”, declara a embaixada, acrescentando que “os problemas com a evasão da mão de obra apenas contribuem para o agravamento do quadro”. A situação crítica da Corpoelec é detalhada pelas informações que a embaixada brasileira obteve com a Federação Nacional de Trabalhadores de Eletricidade (Fetraelec) da Venezuela. O órgão calcula que 20 mil empregados da estatal venezuelana teriam abandonando-a nos últimos dois anos. “O número de funcionários experientes e qualificados que deixaram o trabalho, nesse período, corresponde à metade do total de funcionários da estatal.” As informações são de que a estatal teria saído, desde agosto do ano passado, das negociações do contrato coletivo com os funcionários.

“Os salários pagos neste país são baixíssimos e a isso se somaria o não cumprimento de obrigações trabalhistas”, afirma a Fetraelec à embaixada brasileira. Fim do acordo. O Ministério de Relações Exteriores informou estar atuando para que Corpoelec e Eletronorte mantenham o diálogo. Ao Estado, o Ministério de Minas e **energia** afirmou que rompeu com o suprimento pela Venezuela e, há duas semanas, Roraima passou a ser atendida pela geração térmica brasileira. “Desde o início de março, quando foi interrompido o suprimento pela Venezuela, o sistema Boa Vista tem sido totalmente atendido pela geração térmica local”, afirmou. O MME tem acompanhado a execução do Plano Emergencial e não foram registrados novos blecautes desde o dia 8 deste mês.” / A.B.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 24/03/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Lourival Sant'Anna

**Título:** Falta de clareza

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva era criticado por colocar a afinidade ideológica acima dos interesses brasileiros na condução de sua política externa. A crítica era pertinente. Pelo que se viu na visita de Jair Bolsonaro aos EUA, a política externa corre o risco mais uma vez de sacrificar o interesse nacional em nome da ideologia – apenas com o sinal trocado. No campo comercial, Bolsonaro trocou concessões concretas por promessas vagas. Na geopolítica, não foi suficientemente firme na oposição a uma intervenção militar na Venezuela e foi prejudicado pela incontinência verbal de seu filho Eduardo. Bolsonaro cedeu em uma reivindicação dos EUA que remonta aos anos 90: que o Brasil abra seu

mercado ao trigo americano. Acordo anunciado pelos dois governos prevê a compra de 750 mil toneladas por ano de trigo livre da tarifa de 10% aplicada a importações do cereal de fora do Mercosul.

Em troca, os americanos ficaram de enviar uma equipe técnica para avaliar as condições sanitárias da carne bovina brasileira. O Brasil prometeu algo semelhante em relação à carne suína americana. Teria ficado de bom tamanho. A abertura para o trigo saiu de graça. Depois do anúncio da concessão, que diminuirá a importação do trigo argentino, o governo em Buenos Aires informou sua disposição de bloquear a tarifa zero para o açúcar – reivindicada pelo governo brasileiro. O Brasil também se mostrou disposto a ceder seu status de país em desenvolvimento, que lhe permite usufruir de tarifas de importação mais baixas para seus produtos, por meio do Sistema Geral de Preferências da OMC. Em troca, obteve aval de Donald Trump à entrada do País na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Países da OCDE atraem mais investimentos que outros, porque cumprem padrões que criam um melhor ambiente de negócios.

De maneira que o que torna esses países atraentes não é o fato de estarem na OCDE, mas de cumprirem esses padrões. Há aí uma gigantesca tarefa de casa. No afã de agradar a Trump, Bolsonaro afirmou que “a maioria dos imigrantes não tem boas intenções”, esquecendo-se de que é presidente de um país que tem 3 milhões de cidadãos morando fora. Seu filho, Eduardo, já havia qualificado de “uma vergonha” os brasileiros que vivem ilegalmente no exterior. Um dos objetivos de Trump ao receber Bolsonaro era induzi-lo a apoiar uma intervenção militar na Venezuela. O presidente brasileiro havia deixado clara sua oposição – em sintonia com os outros países da região –, até mesmo quando recebeu o presidente interino proclamado pela Assembleia Nacional, Juan Guaidó, em Brasília.

Entretanto, em um evento com empresários americanos em Washington, ele disse: “Temos alguns assuntos que estamos trabalhando em conjunto, reconhecendo a capacidade econômica, bélica, entre outras, dos EUA. A Venezuela não pode continuar da maneira como se encontra. Aquele povo tem que ser libertado e contamos com o apoio dos EUA para que esse objetivo seja alcançado.” Em entrevista ao jornal chileno La Tercera, seu filho Eduardo voltou a atacar: “Ninguém quer uma guerra, a guerra é ruim, há muitas vidas perdidas, há consequências colaterais, mas (Nicolás) Maduro não vai deixar o poder de forma pacífica. De alguma forma, será necessário usar a força, porque Maduro é um criminoso”.

Bolsonaro teve mais tarde de desautorizá-lo: “Tem gente divagando, tem gente sonhando. Da nossa parte, não existe essa possibilidade”, disse o presidente, depois de participar da cerimônia de criação do Prosul, bloco destinado a substituir a Unasul, de inspiração esquerdista. Nem a credibilidade da ameaça de ação militar nem a liderança do Brasil na região ganham com essa falta de clareza.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 24/03/2019

**Seção:** Política

**Autor:** Fabio Serapião

**Título:** Sem Moro, Bretas assume protagonismo na Lava Jato

Judiciário. Responsável pela ordem de prisão do ex-presidente Michel Temer, juiz federal no Rio tem sob sua alçada os processos com maior potencial para atingir agentes públicos

A prisão do ex-presidente Michel Temer e o potencial das investigações sob o comando de Marcelo Bretas conduziram o juiz da 7.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro ao posto de principal nome da Lava Jato, após o ex-juiz Sérgio Moro assumir o Ministério da Justiça. Desdobramento de operações no Rio que estão sob sua alçada devem gerar nos próximos meses turbulência para políticos, empresários e até para integrantes de cortes superiores. Mais midiático do que Moro, o juiz chegou a participar da cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Diferentemente do ex-colega, ele se vale das redes sociais para comentar temas do dia a dia – já divulgou, por exemplo, foto em que segura um fuzil – e chegou a defender o governo em uma postagem, além de parabenizar Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) pela eleição ao Senado.

O filho “01” do presidente é alvo de investigação no Ministério Público do Rio – fato que Bretas não comenta. O juiz é considerado um magistrado linha-dura, que costuma usar a “mão de ferro” em sentenças. A ordem para prisão preventiva de Temer foi seu ato mais polêmico e contestado até o momento por juristas e advogados. A decisão inclui termos como “possivelmente, provavelmente, bastante plausível”, que, para os críticos, indicam não haver provas concretas que justificariam a medida. Ao decidir pela prisão de Temer, o juiz contribuiu para dar fôlego ao governo após seguidas crises, entre elas, a envolvendo o próprio Moro, que havia sido criticado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Um dia depois do ataque, o ex-ministro Moreira Franco, padrasto da mulher do deputado, foi preso a mando de Bretas na ação que encarcerou o ex-presidente.

As redes sociais mostram que o episódio animou a militância pró-Bolsonaro numa semana em que o Ibope mostrou acentuada queda na popularidade do presidente. Bretas ganhou no Congresso o apelido de “melhor articulador político do governo”. A prisão de Temer, porém, foi atacada até por políticos que já se notabilizaram por críticas ao ex-presidente, como o ex-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT). “Minha consciência de cidadão e minha formação jurídica me obrigam a afirmar que esta prisão, feita como foi, viola a Constituição, porque a regra é a liberdade. O Brasil não pode comemorar a violação da lei”, disse à revista Época.

“O nome disso é justiça.” Na decisão que mandou prender Temer, Bretas deixou claro que fará a defesa da Lava Jato no embate com o Supremo Tribunal Federal (STF). No documento, além de tentar evitar que o caso fosse parar nas mãos do ministro Gilmar Mendes, visto como algoz da operação, Bretas criticou a abertura de inquérito de ofício – sem pedido do Ministério Público. Na última semana, o presidente do STF, Dias Toffoli, abriu uma investigação desse tipo para apurar ataques a integrantes da Corte.

Tensão. Os processos conduzidos por Bretas, além de complicar a situação de políticos, também devem aumentar a tensão entre o STF e os integrantes da Lava Jato. Uma pequena amostra dessa possibilidade surgiu na revelação sobre uma proposta de acordo do empresário Jacob Barata, conhecido como “rei do ônibus”. Um dos anexos apresentados por ele, que não foi aceito pelos investigadores, citava repasses a um ex-assessor do ministro Luiz Fux, do STF. Além de Barata, na mira da caneta de Bretas, entre muitos outros alvos, estão 45 doleiros que movimentaram mais de US\$1,6 bilhão em cinco anos, o ex-governador Sérgio Cabral, o também empresário do setor de transportes José Carlos Lavouras e o ex-presidente da Fecomércio Orlando Diniz – que apresentou proposta de acordo em que explica por que pagou R\$ 180 milhões a escritórios de advocacia.

Todos prometem informações sobre o Judiciário para revelar. Cabral é outro nome que pode contribuir para que Bretas se torne o substituto de Moro como principal nome da Lava Jato. Os quase 200 anos de prisão a que Bretas condenou Cabral levaram o ex-governador a confessar seus crimes em busca de um possível acordo para proteger seus familiares. Logo no primeiro depoimento a Bretas como criminoso confesso, Cabral creditou ao “vício em poder” seus atos ilícitos e sinalizou que tem muita informação contra alvos poderosos, entre eles, integrantes do Judiciário.

Ao juiz, ele disse ter informações sobre como se davam as indicações a cortes superiores. Na próxima quinta-feira, Cabral voltará a depor. Orlando Diniz, por

sua vez, tem sentado à mesa com investigadores para detalhar os motivos dos repasses milionários a escritórios de advocacia. As investigações comandadas por Bretas já prenderam ao menos 145 pessoas desde 2015. Ao todo, 46 denúncias foram oferecidas contra 296 alvos. Ele homologou ao menos 35 acordos de colaboração. As informações foram utilizadas em condenações de 40 pessoas cujas penas somadas chegam a 665 anos. O Estado fez contato com a 7.ª Vara, mas Bretas não respondeu.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 24/03/2019**

**Seção: Internacional**

**Autor: Beatriz Bulla**

**Título: Ex-diplomata diz que Brasil ganhou confiança dos EUA**

Thomas Shannon, ex-embaixador americano em Brasília, elogia aproximação entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump

A visita do presidente Jair Bolsonaro ao americano Donald Trump foi bem-sucedida para os dois lados e mostrou um aumento no nível de confiança dos EUA no Brasil. A avaliação é de Thomas Shannon, que foi o terceiro na hierarquia do Departamento de Estado até 2018 e embaixador dos EUA no Brasil de 2010 a 2013. Para Shannon, que hoje é conselheiro de política internacional do escritório Arnold & Potter, as concessões feitas pelo Brasil são pequenas perto da aliança formada por Bolsonaro com Trump. “Se você olhar todas as coisas juntas – a OCDE, o status de aliado preferencial fora da Otan, o acordo de salvaguardas tecnológicas –, isso significa muito para o Brasil em termos de nível de confiança entre os dois países em áreas sensíveis”, afirmou Shannon ao Estado. O ex-diplomata esteve envolvido na negociação com o Brasil no primeiro texto sobre salvaguardas, em 1999.

O acordo, que permite o uso comercial da Base de Alcântara, no Maranhão, é classificado por ele como um “grande negócio”. “Naquela época, a ideia de cooperação no lançamento espacial com o Brasil era realmente controversa dentro do governo americano. A resolução bem sucedida exigiu uma decisão do Conselheiro de Segurança Nacional da época e do presidente Bill Clinton”, conta. O texto do primeiro acordo, assinado no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi rejeitado pelo Congresso brasileiro por ser considerado uma perda de soberania do Brasil. O novo acordo começou a ser costurado no governo de Michel Temer, em junho, e foi assinado na visita de Bolsonaro aos EUA. “Eu acredito que Bolsonaro pode ter crédito pelo acordo de salvaguardas, é algo que requer uma visita presidencial.

Do lado dos EUA, como há 20 anos, exigia uma decisão do Conselheiro de Segurança Nacional e do presidente”, disse Shannon, que dá créditos ao sucesso da visita ao embaixador do Brasil nos EUA, Sérgio Amaral – que deve ser substituído nos próximos meses. Shannon lembra que havia afinidade e interesse intelectual entre Clinton e FHC. Entre Bolsonaro e Trump, segundo ele, a convergência é de visão política. O sucesso do bom relacionamento entre eles, porém, vai depender do quanto isso se traduz no trabalho de ambas as equipes. Shannon menciona que Lula e George W. Bush, por exemplo, se davam bem, mas o PT e os republicanos desconfiavam uns dos outros. O interesse imediato dos EUA na aproximação com o Brasil, de acordo com o ex-diplomata, é ter um aliado de peso nas políticas contra Nicolás Maduro, na Venezuela.

Na Casa Branca, Bolsonaro modelou o discurso para deixar em aberto as opções militares, assim como Trump. Shannon avalia que a “subida de tom” é uma estratégia não só de alinhamento com os EUA, mas uma forma de marcar posição perante outros países da região. No médio prazo, segundo Shannon, os americanos também procuram fortalecer os governos de centro-direita da região. “Os EUA têm uma preocupação imensa com a crise da Venezuela. Os países da América Latina levaram muito tempo para perceber a seriedade disso. Mas os EUA também estão olhando para a situação da região agora, onde temos governos de centro-direita em vários países.

O governo Trump vai querer fortalecer essa tendência e replicá-la na região.” O Brasil teve de fazer concessões para conquistar o que os diplomatas consideraram seu maior trunfo: o endosso à candidatura do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para isso, os EUA exigiram que o Brasil abra mão do tratamento diferenciado que possui na Organização Mundial do Comércio (OMC). Shannon acredita que a concessão é pequena, perto do alinhamento que o Brasil conseguiu com os EUA. Segundo Shannon, o apoio à OCDE é uma forma de facilitar as reformas em países com “pensamento semelhante”.

Ele elogiou a designação do País como aliado preferencial fora da Otan. “O aliado extra- Otan foi uma jogada inteligente dos EUA. Coloca os militares brasileiros na linha de frente para a aquisição de armas e alinha nossos militares em outras áreas importantes”, afirmou. O ex-embaixador minimizou o fato de o Brasil não ter saído com conquistas comerciais com os americanos. De acordo com Shannon, o governo Trump tem feito da negociação comercial o ponto principal de diálogo com países sempre que quer ganhar mais na relação comercial. “Não é uma surpresa, considerando a maneira como o atual

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 24/03/2019****Seção: Metrópole****Autor: Leonardo Augusto****Título: Defesa Civil prepara plano de salvamento em Minas**

Se a barragem Sul Superior da mina Gongo Soco, da Vale, em Barão de Cocais (MG), se romper, cerca de 9 mil pessoas de 3 mil residências terão uma hora e doze minutos para serem retiradas de suas casas antes de serem atingidas pelos rejeitos. O cálculo foi feito pela Defesa Civil do Estado, que ontem estava finalizando um plano de salvamento depois de o nível de segurança da estrutura ter sido elevado na sexta à noite para 3, o mais alto – que indica risco iminente de ruptura ou ruptura em andamento. Segundo o tenente-coronel Flávio Godinho, coordenador adjunto da Defesa Civil de Minas Gerais, o trabalho de qualificação deverá ser concluído até hoje e depois será feito um treinamento com simulação de rompimento.

“O plano está sendo qualificado para ter precisão melhor. Estamos falando de 3 mil residências, ou seja, população grande. Mas se acontecer nesse exato momento, a polícia militar tem toda a condição de retirar essas pessoas. Os protocolos de segurança estão bem estabelecidos, com tropas da PM, da Defesa Civil e dos bombeiros para fazer a evacuação emergencial”, disse. Rotas de fuga e pontos de encontro para os quais os moradores precisam se dirigir, em caso de colapso da barragem, estão sendo estabelecidos em cada bairro que pode ser atingido. A sirene foi acionada depois de reunião entre autoridades e a Vale.

No encontro, a mineradora informou que a empresa de consultoria contratada para analisar a estrutura teria indicado “condição crítica de estabilidade da barragem”. Em 8 de fevereiro, cerca de 500 pessoas já haviam sido retiradas da chamada Zona de Auto Salvamento (ZAS) da barragem, depois do acionamento de sirene que alertou para nível 2 de risco. A ZAS fica perto da barragem e seria a primeira atingida. Esses moradores não teriam tempo de serem retirados.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 24/03/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Investimentos estão sem força, segundo o Ipea**

Os números insatisfatórios da atividade econômica e da confiança na retomada registrados nos últimos dias pelo Banco Central (BC), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) também estão presentes no Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). O índice só mostrou avanço de 1,3% entre dezembro e janeiro na série com ajuste sazonal por causa do aumento das importações de máquinas e equipamentos no período – e, em especial, das importações de plataformas de petróleo. Trata-se de importações fictícias, só lançadas por causa do regime especial aduaneiro do setor de petróleo, como enfatiza a nota do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No trimestre compreendido entre os meses de novembro de 2018 e janeiro de 2019, comparativamente ao trimestre anterior, a FBCF caiu 2,3%, com recuo de 7,5% em máquinas e equipamentos, de 0,8% na construção civil e leve crescimento de 1% na rubrica outros investimentos. As comparações apresentaram resultados melhores em relação ao mesmo trimestre de um ano atrás (+5,8%) e nos últimos 12 meses (+4,3%), mas é indesmentível que os resultados mais recentes estão em rápido declínio. Algumas explicações poderiam ser buscadas para entender a fraqueza dos investimentos, como as incertezas que dominam a economia mundial e seus reflexos sobre o Brasil, além das incertezas locais, agravadas por declarações de autoridades do novo governo, inclusive do presidente da República, de que o objetivo é, primeiro, corrigir os rumos do Brasil, o que pode ser entendido como a disposição de deixar para um segundo momento uma agenda positiva.

Incertezas são ruins para investidores. Não basta o êxito do leilão de aeroportos, há alguns dias, para imaginar que a situação mudou da noite para o dia. Um dos piores resultados do indicador do Ipea diz respeito à estagnação da construção civil, setor que espera uma virada positiva neste ano. A construção é grande empregadora de mão de obra, movimenta com suas decisões de investimento inúmeros segmentos de atividade, dos serviços profissionais à aquisição de insumos e à atividade creditícia, e é uma das maiores contribuintes da FBCF. A

nota do Ipea reforça as dúvidas quanto à força da retomada.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 24/03/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Lauro Jardim**

**Título: Brumadinho**

Alarme falso?

O Ministério Público de Minas Gerais investiga se a Vale mentiu quando anunciou que a barragem de Macacos apresentava risco de desabamento para, em seguida, determinar a evacuação do local. O MP suspeita que a companhia pediu a retirada dos moradores para fazer procedimentos na estrutura com menos esmero e, se algo desse errado, o meio ambiente pagaria o preço, mas vidas humanas não seriam ceifadas.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 24/03/2019**

**Seção: Colunas**

**Autor: Merval Pereira**

**Título: Sobre o Supremo**

A disputa de interpretações de teorias jurídicas vem dando a tônica nos debates do Supremo Tribunal Federal. A denominação informal de cada um dos grupos mostra bem os parâmetros desta disputa. Os “garantistas” sustentam que qualquer decisão a ser tomada deve levar em conta a literalidade da lei para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos.

Os “iluministas” ou “progressistas” buscam contornar eventuais obstáculos impostos pela literalidade com interpretações do texto legal, em busca da intenção do legislador para ter uma Justiça mais célere e eficiente. Assim, a jurisprudência atual é permitir a prisão em segunda instância, mesmo que a Constituição diga que ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de seu processo.

Para tanto, considera-se que o processo se encerra na segunda instância, e os recursos aos tribunais superiores (STJ e STF) podem continuar sendo feitos depois da prisão, pois são de caráter extraordinário.

A decisão de considerar a lavagem de dinheiro crime imprescritível tornou possível a prisão de Paulo Maluf. Até hoje há a discussão sobre se lavagem de dinheiro é um crime instantâneo, que se encerra na sua consumação, ou se é permanente, como decidiu a Primeira Turma do STF.

O relator foi o ministro Edson Fachin, que levantou a tese, e não o ministro Luís Roberto Barroso, como escrevi aqui. Barroso votou a favor do relator juntamente com a ministra Rosa Weber e o ministro Fux, formando a maioria. O ministro Marco Aurélio, mesmo tendo votado a favor da prescrição, acompanhou a maioria no mérito.

Barroso é tido como expoente da ala “iluminista” do Supremo, mas ele recusa esse rótulo. “Sou a favor de um direito penal moderado. Porém, sério e igualitário. A queixa que existe é dos advogados criminalistas —que têm que fazê-la, por dever de ofício —e dos parceiros da corrupção, que não se conformam que o Direito Penal que valia para menino pego com maconha ou para o sem-teto que furtava desodorante no supermercado se aplique também a corruptos e criminosos de colarinho branco’.

O ministro Luís Roberto Barroso afirma que “o Direito não ficou mais duro; ficou mais igualitário”. Para ele, “o garantismo”, em Direito, significa que o acusado tem o direito de saber do que está sendo acusado, o direito de se defender, de produzir provas, de ser julgado por um juiz imparcial e de ter acesso a um segundo grau de jurisdição”.

Ele considera que está havendo uma distorção do conceito, “um garantismo à brasileira”, que seria um direito adquirido à impunidade, a um processo que não funciona, que tem recursos infundáveis, não acaba e sempre gera prescrição”.

No voto no caso Maluf, após concluir a parte técnica da argumentação, Barroso afirmou: “(...) considero que o rotineiro desvio de dinheiro público, seja para fins eleitorais, seja para o próprio bolso, é uma das maldições da República. (...) Este é um dos fatores que têm nos mantido atrasados e aquém do nosso destino, porque dinheiro público que é desviado é dinheiro que não vai para a educação, não vai para a saúde, não vai para melhorar estradas”.

Ele acha que “a histórica condescendência que se tem tido no Brasil em relação a esse tipo de delinquência, aparentemente, está chegando ao fim. Punir a apropriação privada de recursos públicos é um marco na refundação do país”

Reserva indígena

Na coluna publicada em 1/3/2019, de título “Venezuela e Cuba”, não dei a devida relevância ao papel do falecido ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Alberto Menezes Direito. Ele, no julgamento do caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol, fez 18 ressalvas para a demarcação contínua da extensa área da reserva, desejada pela Funai, que fora abraçada pelo relator Ayres Britto.

Esse voto de Menezes Direito influenciou vários de seus colegas, que já haviam votado a favor da posição da Funai, inclusive o relator Ayres Britto, que incluiu as ressalvas de Menezes Direito em seu voto final.

Foi uma dessas ressalvas que permitiram ao governo decretar a área de interesse nacional para permitir a obra do linhão de Tucuruí para levar **energia** elétrica a Roraima.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 24/03/2019

**Seção:** Política

**Autor:**

**Título:** Ameaça de greve

O governo acompanha atentamente as primeiras movimentações de caminhoneiros no país, que ameaçam dar início a uma nova paralisação. A classe entende que os principais compromissos assumidos pelo governo Michel Temer no ano passado não estão sendo cumpridos.

Os monitoramentos são feitos pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que tem por missão se antecipar aos fatos para evitar problemas para o governo. As investigações apontam que teve início uma articulação por meio de mensagens de WhatsApp, que já começam a falar em paralisações para 30 de março. O governo quer evitar, a todo custo, que qualquer tipo de movimento grevista ocorra. Não quer, nem de longe, imaginar que pode enfrentar o mesmo problema que parou o país no ano passado.

Os primeiros dados são de que, neste momento, o movimento não tem a mesma força percebida no ano passado, mas há temor de que os caminhoneiros possam se fortalecer e cheguem ao potencial explosivo da última greve. Dentro do Planalto, o objetivo é ser mais ágil e efetivo e não deixar a situação sair de controle por ficarem titubeando sobre o assunto, como aconteceu com o ex-presidente Michel Temer, no ano passado.

Na semana passada, Wallace Landim, o Chorão, presidente das associações Abrava e BrasCoop, que representam a classe de caminhoneiros, teve reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Landim também teve encontro com a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e, na sexta-feira, se reuniu com o secretário executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

### **Reivindicações**

Segundo Landim, os ministros disseram que, até a próxima semana, o próprio presidente Jair Bolsonaro deve se manifestar sobre os pedidos dos caminhoneiros. Na pauta de reivindicações da classe estão dois pleitos. O primeiro pedido diz respeito ao piso mínimo da tabela de frete. Os caminhoneiros reclamam que as empresas têm descumprido o pagamento do valor mínimo e cobram uma fiscalização mais ostensiva da ANTT. A agência, segundo Landim, prometeu mais ações e declarou que já fez mais de 400 autuações contra empresas.

O segundo item da pauta é o preço do óleo diesel. Os caminhoneiros querem que o governo estabeleça algum mecanismo para que o aumento dos combustíveis, que se baseia em dólar, seja feito só uma vez por mês, e não mais diariamente. Wallace Landim afirma que não é a favor de uma paralisação no próximo dia 30, porque acredita que o governo tem buscado soluções, mas diz que “o tempo é curto” e as mudanças estão demorando.

Por meio de nota, o Ministério de Infraestrutura declarou que, no Fórum dos Transportadores Rodoviários de Cargas realizado na sexta-feira, esteve reunido com lideranças do setor e ouviu as demandas.

